

**Coordenação de Saúde Bucal**

Resposta referente ao Processo de Recurso n.º 21.328/2026, Processo Licitatório n.º 25.620/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.171/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, SOBDEMANDA, DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO, para atender à necessidade da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. Saúde Bucal, pelo período de 01 (um) ano.

Em resposta ao questionamento apresentado pela empresa reprovada acerca da exigência de anestésico odontológico acondicionado em tubete de cristal, esclarecemos que tal especificação não possui caráter restritivo indevido, mas sim fundamento técnico-sanitário voltado à segurança do paciente, à estabilidade físico-química do medicamento e à maior confiabilidade durante o uso clínico odontológico.

O tubete de cristal apresenta vantagens técnicas reconhecidas na prática odontológica, especialmente no que se refere à estabilidade do conteúdo anestésico, menor possibilidade de interação química entre o medicamento e o material da embalagem, além de permitir melhor inspeção visual da solução anestésica quanto à presença de partículas, alterações de cor, bolhas ou contaminações.

Destaca-se ainda que os tubetes plásticos podem apresentar maior permeabilidade e potencial de interação com componentes químicos da solução anestésica, especialmente em formulações contendo vasoconstritores e antioxidantes como o metabissulfito de sódio (bissulfito), substância reconhecidamente associada a reações de hipersensibilidade em pacientes suscetíveis. Embora o metabissulfito possa estar presente em diferentes formulações anestésicas, a estabilidade e conservação da solução em embalagem de cristal são tradicionalmente consideradas superiores na prática clínica odontológica.

Além disso, o tubete de cristal oferece maior resistência à deformação durante o procedimento anestésico, reduzindo riscos de falhas operacionais, refluxos, vazamentos ou alterações na pressão interna do carpule, fatores relevantes para a segurança e previsibilidade clínica.

Cumprе salientar que a Administração Pública possui prerrogativa legal para definir as especificações técnicas do objeto licitado, desde que fundamentadas em critérios de interesse público, qualidade, segurança e eficiência, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A exigência do tubete de cristal não teve por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar o padrão de qualidade técnica considerado necessário para atendimento odontológico seguro e eficaz na rede pública.

Quanto à alegação de que a Administração teria realizado interpretação excessivamente literal e restritiva do edital, não assiste razão à empresa recorrente.

A especificação constante no instrumento convocatório ao exigir anestésico acondicionado em “tubete de cristal” possui sentido técnico objetivo e usualmente compreendido no mercado odontológico, referindo-se ao acondicionamento em carpule de vidro/cristal, e não em recipiente plástico.

Não procede a afirmação de que a expressão seria utilizada genericamente para abranger indistintamente produtos contendo componentes plásticos, especialmente quando tal característica interfere diretamente nas propriedades técnicas, estabilidade, acondicionamento e segurança do produto ofertado.



Coordenação de Saúde Bucal

A Administração Pública encontra-se vinculada ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não podendo flexibilizar ou reinterpretar especificações técnicas após a abertura das propostas de modo a admitir produto diverso daquele expressamente exigido no edital, sob pena de afronta aos princípios da isonomia, da legalidade e do julgamento objetivo.

Importante destacar que outros licitantes observaram adequadamente a exigência editalícia e apresentaram produtos em conformidade com a especificação de tubete de cristal, demonstrando que não houve obscuridade ou impossibilidade de compreensão da exigência técnica prevista.

A desclassificação decorreu objetivamente da desconformidade do produto ofertado com as especificações do edital, não havendo que se falar em formalismo excessivo, mas sim em observância aos critérios técnicos previamente estabelecidos pela Administração.

Dessa forma, considerando que o produto apresentado pela empresa diverge das especificações técnicas expressamente previstas no edital, especialmente quanto ao tipo de acondicionamento exigido (tubete de cristal), mantém-se a desclassificação da proposta por desconformidade com o objeto licitado.

Nova Friburgo, 28 de maio de 2026.

Assinado por LUCIANE FERNANDES BOECHAT
GRANDO 036.*** **
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
28/05/2026 15:42:47

Luciane Boechat
Coordenadora de Saúde Bucal
Matrícula 062427